

ANEXO II - DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº006/2022
RETIFICADO

CARGOS: AGENTE DE POLÍCIA CIVIL 3ª CLASSE E ESCRIVÃO DE POLÍCIA 3ª CLASSE
CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O domínio da língua é necessário para uma melhor comunicação com a população, durante os atendimentos, assim como para a leitura e a correta interpretação das leis, normas e procedimentos pertinentes ao desempenho da função.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás: 1 Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento. 2 Modernização da agricultura e urbanização do território goiano. 3 População goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica. 4 Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação. 5 As regiões goianas e as desigualdades regionais. 6 Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. 6 Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais. 7 Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular. 8 Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento da Realidade étnica, social, histórica, Geográfica, Cultural, política e econômica do Estado de Goiás favorece uma melhor relação com a população local, além de um melhor domínio sobre o território onde o servidor atuará.

Raciocínio Lógico: 1 Estruturas lógicas. 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 3 Lógica sentencial (ou proposicional). 3.1 Proposições simples e compostas. 3.2 Tabelas verdade. 3.3 Equivalências. 3.4 Leis de De Morgan. 3.5 Diagramas lógicos. 4 Lógica de primeira ordem. 5 Princípios de contagem e probabilidade. 6 Operações com conjuntos. 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento em Raciocínio Lógico-quantitativo contribui para o desenvolvimento de ações ágeis que demandem a resolução de cálculos para o atendimento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo: 1 Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2 Natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 O silêncio no direito administrativo. 3.5 Cassação. 3.6 Revogação e anulação. 3.7 Processo administrativo (Lei estadual n.º 13.800/2001). 3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.13 Atos administrativos gerais e individuais. 3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.16 Ato administrativo inexistente. 3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.19 Vícios do ato administrativo. 3.20 Teoria dos motivos determinantes. 3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes administrativos. 4.1 Poder hierárquico. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder regulamentar. 4.4 Poder de polícia. 4.5 Uso e abuso do poder. 5 Controle e responsabilização da administração. 5.1 Controle administrativo. 5.2 Controle judicial. 5.3 Controle legislativo. 5.4 Responsabilidade civil do Estado. **6 Licitações e contratos administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021. 7 Improbidade administrativa. 8 Agentes Públicos: disposições constitucionais referentes aos servidores públicos. 8.1 Lei Estadual nº 20.756/2020. 9 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Relação da disciplina com as atribuições dos cargos: a compreensão acerca do Direito Administrativo auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Direito Constitucional: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Constituição: conceito; classificação; histórico e elementos. 1.3 Poder Constituinte. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, **remédios constitucionais**. 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Segurança pública. 10.2 Organização da segurança pública. 11 Ordem social. 11.1 Base e objetivos da ordem social. 11.2 Segurança social. 11.3 Meio ambiente. 11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio. 12 Direitos humanos na Constituição Federal. 12.1 Política Nacional de Direitos Humanos. 12.2 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. **13 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Relação da disciplina com as atribuições dos cargos: a compreensão acerca do Direito Constitucional auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Direito Penal: 1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 Lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Contagem de prazo. 1.7 Interpretação da lei penal. 1.8 Analogia. 1.9 Irretroatividade da lei penal. **1.10 Lei penal em branco. 1.11 Princípios aplicáveis ao direito penal.** 2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. **2.1 Classificação dos crimes.** 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Concurso de crimes. 3.3 Ilícitude e causas de exclusão. 3.4 Punibilidade. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão). **3.7 Erro de tipo e erro de proibição. 3.8 Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível.** 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. **12 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Relação da disciplina com as atribuições dos cargos: a compreensão acerca do Direito Processual Penal auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Direito Processual Penal: 1 Inquérito policial. 1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notícia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado. 1.2 Conclusão, prazos. **1.3 Presidência, arquivamento e trancamento do inquérito policial. 1.4 Acordo de não persecução penal.** 2 Prova. 2.1 Exame do corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral. 2.2 Interrogatório do acusado. 2.3 Confissão. 2.4 Qualificação e oitiva do ofendido. 2.5 Testemunhas. 2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas. 2.7 Acareação. 2.8 Documentos de prova. 2.9 Índícios. 2.10 Busca e apreensão. 3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante. 3.2 Prisão preventiva. 3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011. **3.5 Liberdade provisória, fiança e medidas cautelares diversas da prisão.** 4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. **5 Princípios aplicáveis ao processo penal. 6 Sistemas de processo penal. 7 Ação penal. 8 Competência. 9 Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo. 10 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 11 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Relação da disciplina com as atribuições dos cargos: a compreensão acerca da Legislação Penal e Processual Penal Extravagante auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial: 1. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003); 2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990); 3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989); 4. Definição dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997); 5. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 6. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 7. Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013); 8. Interceptações telefônicas (Lei nº 9.296/1996); 9. Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); 10. Lei de execução penal (Lei nº 7.210/1984); 11. Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099 /1995); 12. Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo (Lei nº 8.137/1990); 13. Lei Maria da Penha - Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006); 14. Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006); 15. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990); 16. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941); 17. Crimes previstos na Lei nº 9.605/1998); 18. Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa); 19. Lei nº 12.037/2009 (identificação criminal); 20. Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade); 21. Lei nº 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); 22. Lei nº 14.344/2022 – Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e ao Adolescente. **23 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Noções de Criminalística: 1 Histórico e doutrina da Criminalística; 2. Postulados da criminalística; 3. Noções e princípios da Criminalística; 4. Tipos de Provas: prova confessional, prova testemunhal, prova documental e prova pericial; 5. Métodos da Criminalística; 6. Corpo de Delito: conceito; 7. Classificação dos locais de crime: 7.1. Quanto à natureza do fato; 7.2. Quanto à natureza da área: local de crime interno e local de crime externo; 7.3. Quanto à divisão: local mediato, imediato e relacionado; 7.4. Quanto à preservação: idôneo e inidôneo; 7.5. Isolamento de local. 8. Documentos criminalísticos: auto, laudo pericial, parecer criminalístico; 9. Finalidade da criminalística: constatação do fato, verificação dos meios e dos modos e possível indicação da autoria.

Relação da disciplina com as atribuições dos cargos: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico necessários para atuar na área.

Noções de Medicina Legal: 1. Noções de Tanatologia Forense: 1.1. cronotanatognose; 1.2. Morte suspeita; 1.3. Morte súbita; 1.4. Morte agonizante. 2. Noções de Asfixiologia Forense: 2.1. Por constrição cervical: enforcamento, estrangulamento, esganadura; 2.2. Por modificação do meio: afogamento, soterramento, confinamento; 2.3. Por sufocação: direta e indireta. 3. Noções de instrumentos de ação mecânica: 3.1. Ação cortante, perfurante, contundente e mista. 4. Noções de agentes químicos; 5. Noções de agentes térmicos; 6. Noções de sexologia forense. 7. Traumatologia forense. 7.1 Energia de ordem física. 7.2 Energia de ordem mecânica. 7.3 Lesões corporais: leve, grave e gravíssima e seguida de morte.

Relação da disciplina com as atribuições dos cargos: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico necessários para atuar na área.

Noções de Legislação Estadual: 1. Lei estadual n.º 16.901/2010 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás). 2 Lei estadual n.º 20.756/2020 (regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais). 3 Lei estadual n.º 13.800/2001 (processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás). 4 Lei estadual n.º 20.491/2019 (Organização administrativa do Poder Executivo). 5 Decreto estadual n.º 9.837/2021 (Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração). 6 Lei estadual n.º 18.456/2014 (Prevenção e punição de assédio moral no âmbito da Administração). 7 Lei estadual n.º 18.672/2014 (Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual).

Relação da disciplina com as atribuições dos cargos: a compreensão acerca da Legislação Estadual auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

CARGO: PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O domínio da língua é necessário para uma melhor comunicação com a população, durante os atendimentos, assim como para a leitura e a correta interpretação das leis, normas e procedimentos pertinentes ao desempenho da função.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás: 1 Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento. 2 Modernização da agricultura e urbanização do território goiano. 3 População goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica. 4 Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação. 5 As regiões goianas e as desigualdades regionais. 6 Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. 6 Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais. 7 Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular. 8 Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento da Realidade étnica, social, histórica, Geográfica, Cultural, política e econômica do Estado de Goiás favorece uma melhor relação com a população local, além de um melhor domínio sobre o território onde o servidor atuará.

Raciocínio Lógico: 1 Estruturas lógicas. 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 3 Lógica sentencial (ou proposicional). 3.1 Proposições simples e compostas. 3.2 Tabelas verdade. 3.3 Equivalências. 3.4 Leis de De Morgan. 3.5 Diagramas lógicos. 4 Lógica de primeira ordem. 5 Princípios de contagem e probabilidade. 6 Operações com conjuntos. 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

Relação da disciplina com os cargos do edital: O conhecimento em Raciocínio Lógico-quantitativo contribui para o desenvolvimento de ações ágeis que demandem a resolução de cálculos para o atendimento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo: 1 Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2 Natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 O silêncio no direito administrativo. 3.5 Cassação. 3.6 Revogação e anulação. 3.7 Processo administrativo (Lei estadual n.º 13.800/2001). 3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos

administrativos. 3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.13 Atos administrativos gerais e individuais. 3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.16 Ato administrativo inexistente. 3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.19 Vícios do ato administrativo. 3.20 Teoria dos motivos determinantes. 3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes administrativos. 4.1 Poder hierárquico. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder regulamentar. 4.4 Poder de polícia. 4.5 Uso e abuso do poder. 5 Controle e responsabilização da administração. 5.1 Controle administrativo. 5.2 Controle judicial. 5.3 Controle legislativo. 5.4 Responsabilidade civil do Estado. 6 Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa). **7 Licitações e contratos administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021. 8 Agentes Públicos: disposições constitucionais referentes aos servidores públicos. 8.1 Lei Estadual nº 20.756/2020. 9 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Relação da disciplina com as atribuições do cargo de Papiloscopista: a compreensão acerca do Direito Administrativo auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Direito Constitucional: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. **1.2 Constituição: conceito; classificação; histórico e elementos. 1.3 Poder Constituinte.** 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, **remédios constitucionais.** 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Segurança pública. 10.2 Organização da segurança pública. 11 Ordem social. 11.1 Base e objetivos da ordem social. 11.2 Seguridade social. 11.3 Meio ambiente. 11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio. 12 Direitos humanos na Constituição Federal. 12.1 Política Nacional de Direitos Humanos. 12.2 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. **13 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Relação da disciplina com as atribuições do cargo de Papiloscopista: a compreensão acerca do Direito Constitucional auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Direito Penal: 1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 Lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Contagem de prazo. 1.7 Interpretação da lei penal. 1.8 Analogia. 1.9 Irretroatividade da lei penal. **1.10 Lei penal em branco. 1.11 Princípios aplicáveis ao direito penal.** 2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. **2.1 Classificação dos crimes.** 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Concurso de crimes. 3.3 Ilícitude e causas de exclusão. 3.4 Punibilidade. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão). **3.7. Erro de tipo e erro de proibição. 3.8 Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível.** 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. 11 Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003); 12 Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990); 13 Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989); 14 Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997); 15 Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 16 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 17 Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); 18 Lei Maria da Penha - Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006); 19 Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de drogas); 20. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990); 21 Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941); 22 Crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente); 23 Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade). 24. Lei nº 14.344/2022 – Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente. 25 Lei n.º 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); 26 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. **27 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Relação da disciplina com as atribuições do cargo de Papiloscopista: a compreensão acerca do Direito Penal auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Direito Processual Penal: 1 Inquérito policial. 1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notícia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado. 1.2 Conclusão, prazos. **1.3 Presidência, arquivamento e trancamento do inquérito policial. 1.4 Acordo de não persecução penal.** 2 Prova. 2.1 Exame do corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral. 2.2 Interrogatório do acusado. 2.3 Confissão. 2.4 Qualificação e oitiva do ofendido. 2.5 Testemunhas. 2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas. 2.7 Acareação. 2.8 Documentos de prova. 2.9 Índícios. 2.10 Busca e apreensão. 3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante. 3.2 Prisão preventiva. 3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011. **3.5 Liberdade provisória, fiança e medidas cautelares diversas da prisão.** 4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. 5 Juizados Especiais Criminais (Capítulo III da Lei nº 9.099/1995). **6 Princípios aplicáveis ao processo penal. 7 Sistemas de processo penal. 8 Ação penal. 9 Competência. 10 Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário e sumário. 11 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 12 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.**

Relação da disciplina com as atribuições do cargo de Papiloscopista: a compreensão acerca do Direito Processual Penal auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Criminalística: 1 Histórico e doutrina da Criminalística; 2. Postulados da criminalística; 3. Noções e princípios da Criminalística; 4. Tipos de Provas: prova confessional, prova testemunhal, prova documental e prova pericial; 5. Métodos da Criminalística; 6. Corpo de Delito: conceito; 7. Classificação dos locais de crime: 7.1. Quanto à natureza do fato; 7.2. Quanto à natureza da área: local de crime interno e local de crime externo; 7.3. Quanto à divisão: local mediato, imediato e relacionado; 7.4. Quanto à preservação: idôneo e inidôneo; 7.5. Isolamento de local. 8. Documentos criminalísticos: auto, laudo pericial, parecer criminalístico; 9. Finalidade da criminalística: constatação do fato, verificação dos meios e dos modos e possível indicação da autoria.

Relação da disciplina com as atribuições dos cargos: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico necessários para atuar na área.

Noções de Medicina Legal: 1. Noções de Tanatologia Forense: 1.1. cronotanatognose; 1.2. Morte suspeita; 1.3. Morte súbita; 1.4. Morte agonizante. 2. Noções de Asfixiologia Forense: 2.1. Por constrição cervical: enforcamento, estrangulamento, esganadura; 2.2. Por modificação do meio: afogamento, soterramento, confinamento; 2.3. Por sufocação: direta e indireta. 3. Noções de instrumentos de ação mecânica: 3.1. Ação cortante, perfurante, contundente e mista. 4. Noções de agentes químicos; 5. Noções de agentes térmicos; 6. Noções de sexologia forense. 7. Traumatologia forense. 7.1 Energia de ordem física. 7.2 Energia de ordem mecânica. 7.3 Lesões corporais: leve, grave e gravíssima e seguida de morte.

Relação da disciplina com as atribuições do cargo de Papiloscopista: O conhecimento específico da matéria é importante para avaliar o candidato quanto ao domínio técnico necessários para atuar na área.

Noções de Legislação Estadual: 1. Lei estadual n.º 16.901/2010 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás). 2 Lei estadual n.º 20.756/2020 (regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais). 3 Lei estadual n.º 13.800/2001 (processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás). 4 Lei estadual n.º 20.491/2019 (Organização administrativa do Poder Executivo). 5 Decreto estadual n.º 9.837/2021 (Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração). 6 Lei estadual n.º 18.456/2014 (Prevenção e punição de assédio moral no âmbito da Administração). 7 Lei estadual n.º 18.672/2014 (Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual).

Relação da disciplina com as atribuições do cargo Papiloscopista: a compreensão acerca da Legislação Estadual auxiliará o agente público no desempenho de suas funções de polícia judiciária, assim como na apuração de infrações penais.

Noções de Identificação: 1 Lei nº 12.037/2009 (identificação criminal do civilmente identificado). 2 Lei nº 9.454/1997 (número único de registro de identidade civil). 3 Lei nº 7.116/1983 (expedição e validade nacional das carteiras de identidade). 4 Características morfológicas de identificação: gênero, raça, idade, estatura, malformações, sinais profissionais, sinais individuais, tatuagens. 5 Identidade policial e judiciária. 5.1 Bertilagem. 5.2 Retrato falado. 5.3 Fotografia sinalética. 6 Papiloscopia. 6.1 Impressões datiloscópicas. 6.2 Sistema datiloscópico de Vucetich.

Relação da disciplina com as atribuições do cargo de Papiloscopista: O conhecimento em Noções de Identificação é importante para avaliar o candidato quanto ao conhecimento necessário para o desempenho de suas funções.

Arquivologia: 1 Arquivística: princípios e conceitos. 2 Gestão da informação e de documentos. 2.1 Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos. 2.2 Classificação de documentos de arquivo. 2.3 Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo. 2.4 Tabela de temporalidade de documentos de arquivo. 3 Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo. 4 Preservação e conservação de documentos de arquivo. 5 Tipologias documentais e suportes físicos: microfilmagem; automação; preservação, conservação e restauração de documentos.

Relação da disciplina com as atribuições do cargo de Papiloscopista: O conhecimento em Arquivologia é importante para avaliar o candidato quanto ao conhecimento básico necessário para o desempenho de suas funções.

Química, Física e Biologia: QUÍMICA: 1 Classificação dos materiais. 2 Teoria atômico-molecular. 3 Classificação periódica dos elementos químicos. 4 Radioatividade. 5 Interações químicas. 6 Misturas, soluções e propriedades coligativas. 7 Métodos de separação de misturas. 8 Funções químicas inorgânicas. 9 Gases. 10 Propriedades dos sólidos. 11 Estequiometria. 12 Termoquímica. 13 Cinética química. 14 Equilíbrio químico. 13 Eletroquímica. 14 Química orgânica: estrutura, nomenclatura e propriedades físicas e químicas de compostos orgânicos. FÍSICA: 1 Oscilações e ondas: movimento harmônico simples; energia no movimento harmônico simples; ondas em uma corda; energia transmitida pelas ondas; ondas estacionárias; equação de onda. 2 Eletricidade: carga elétrica; condutores e isolantes; campo elétrico; potencial elétrico; corrente elétrica; resistores; capacitores; circuitos elétricos. 3 Óptica: óptica geométrica; reflexão; refração; polarização; interferência. 4 Espectroscopias de absorção e de emissão molecular (fluorescência). BIOLOGIA: 1 Citologia. 1.1 Composição química da matéria viva. 1.2 Organização celular das células eucarióticas. 1.3 Estrutura e função dos componentes citoplasmáticos. 1.4 Membrana celular. 1.5 Núcleo. 1.5.1 Estrutura, componentes e funções. 1.5.2 Divisão celular (mitose e meiose, e suas fases). 1.6 Citoesqueleto e movimento celular. 2 Bioquímica. 2.1 Processos de obtenção de energia na célula. 2.2 Principais vias metabólicas. 2.3 Regulação metabólica. 2.4 Metabolismo e regulação da utilização de energia. 2.5 Proteínas e enzimas. 3 Embriologia. 3.1 Gametogênese. 3.2 Fecundação, segmentação e gastrulação. 3.3 Organogênese. 3.4 Anexos embrionários. 3.5 Desenvolvimento embrionário humano. 4 Genética. 4.1 Primeira lei de Mendel. 4.2 Probabilidade genética. 4.3 Árvore genealógica. 4.4 Genes letais. 4.5 Herança sem dominância.

4.6 Segunda lei de Mendel. 4.7 Alelos múltiplos: grupos sanguíneos dos sistemas ABO, Rh e MN. 4.8 Determinação do sexo. 4.9 Herança dos cromossomos sexuais. 4.10 Doenças genéticas. 5. **Histologia.**

Relação das disciplinas com as atribuições do cargo de Papiloscopista: O conhecimento específico em cada matéria é importante para avaliar o candidato quanto aos conhecimentos necessários para o desempenho de sua função.